

PL nº 5.498/2009

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições."

Emenda nº /2009

Nº 60/Plenário

Acrescente-se ao art. 41-A, da Lei nº 9.504/97, ---- mencionado no **art. 3º**, do PL nº 5.498/2009 ---- após a palavra "**diploma**", os seguintes termos:

"....comprovando-se o **dolo** e observado o procedimento disposto no processo das infrações eleitorais disposto no art. 355 e seguintes do Código Eleitoral (Lei 4.737/65) que regula o respectivo processamento ".

Justificativa

A emenda visa trazer o julgamento contra os candidatos para as normas estabelecidas no processo penal eleitoral das infrações eleitorais onde o Código, de maneira clara, define todas estas e estabelece o procedimento devido que é bem adequado às exigências da lei. Todavia, quando quer se substituir as normas do procedimento penal eleitoral pelas normas do processo de inelegibilidade nos iremos provocar, no nosso entender, uma inconstitucionalidade, além de estabelecer normas muito radicais que nem sempre se coadunam com o tipo de infração cometida pelo

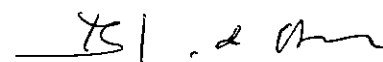
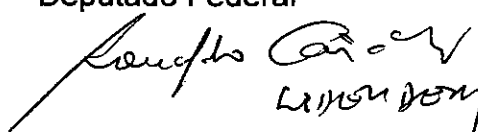
(nº 60 - Anexo)

candidato. Digamos que é inconstitucional porque o procedimento fala inclusive em declaração de inelegibilidade. Desta forma indagamos como que em uma lei ordinária nos podemos aceitar o procedimento que declara inelegível o candidato quando a Constituição exige que para tal assunto a matéria seja de lei complementar e não de lei ordinária como é o atual projeto. Assim sendo, nos apresentamos esta emenda para que o Código Eleitoral seja prestigiado no seu processo penal eleitoral, afastando o processo penal das inelegibilidades que tem outros objetivos e outras conclusões.

O dispositivo em análise passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, **comprovando-se o dolo e observado o procedimento disposto no processo das infrações eleitorais disposto no art. 355 e seguintes do Código Eleitoral (Lei 4.737/65) que regula o respectivo processamento .**

Sala das Comissões, em de julho de 2009.


Bonifácio de Andrada
Deputado Federal

Roberto Carlos